



Cavalcante, Lourenço, Lucena, Sarney, Pimenta, Chiarelli e José Hugo na reunião de ontem do Conselho Político do Governo

Borja: Trabalho simultâneo evita ditadura

BRÁSILIA — Ao participar ontem da instalação da Comissão Constitucional do PFL, que oferecerá subsídios aos membros do partido para elaboração da nova Carta, o assessor especial da Presidência, ex-Deputado Célio Borja, afirmou que o Governo decidiu pelo funcionamento simultâneo do Congresso e da Constituinte “para evitar que o Presidente da República passasse um longo período como ditador, sendo ao mesmo tempo Executivo e legislador”, como ocorreu em 1946, quando a Constituinte não tinha poderes ordinários.

Célio Borja considerou artificial o deba-

te sobre a influência do poder econômico na escolha dos futuros constituintes, afirmando que “o que caracteriza a sociedade democrática é a multiplicidade de opiniões”. Para ele, “ao poder econômico se contrapõe o poder sindical, e o essencial é que todos tenham direito à participação”.

— Temos de nos acostumar que a Constituinte pode tudo — disse, ao comentar as reações de setores conservadores aos plenos poderes da Constituinte.

A Comissão Constitucional do PFL é

formada por 28 membros, três dos quais fazem parte da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, criada pelo Presidente José Sarney: Célio Borja, Laerte Vieira e Rosah Russomano. Integram a Comissão, ainda, professores, advogados, um jurista, o superintendente de Relações Externas da Federação Brasileira de Bancos, Ney Figueiredo, o jornalista Humberto Cavalcante, assessor do Senador Guilherme Palmeira, o Diretor da Isapar Petróleo Ipiranga, Geraldo Piquet Carneiro, e o Diretor da Construtora Norberto Odebrecht, Jorge Guilherme Francisoni, ex-Presidente da EBTU.